

# Sumário

## DOCTRINA

### ARTIGOS

#### Extinção da execução fiscal por falta de interesse de agir tema 1.184 do STF

Patrícia Lenfers, Terenice Maria Siebauer .....	9
Conclusão.....	19
Referências .....	20

#### Gestão ambiental aplicada à regularização fundiária sustentável

Edson Quirino dos Santos .....	23
1    Introdução.....	23
2    Regularização Fundiária Sustentável .....	24
2.1    Conceito .....	24
2.2    Ocupações Irregulares e Clandestinas em áreas ambientalmente protegidas na perspectiva do Direito à moradia .....	28
3    Instrumentos de Gestão Ambiental aplicados à regularização fundiária .....	32
3.1    Licenciamento Ambiental: Competências e delimitações.....	33
3.2    Estudos Técnicos Ambientais .....	35
3.2.1    Estudos Técnicos aplicados à Regularização Fundiária .....	36
3.2.2    Delimitações normativas do objeto dos estudos .....	37
3.2.3    Alternativas técnicas a viabilizar a regularização fundiária sustentável.....	39
3.2.4    Medidas Mitigatórias e/ou Compensatórias .....	42
4    Conclusões .....	43
Referências .....	45

#### Declaração de situação de emergência. Estiagem. Decreto Municipal nº 21.852/2023.

#### Contratações diretas. Dispensa de licitação. Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

#### Instrução normativa PGM nº 10/2020. Casos concretos e repetitivos. Orientação geral

Gustavo Lopes Silva .....	49
1    Relatório .....	49
2    Fundamentação.....	49
2.1    Da Informação Jurídica Referencial .....	49
2.2    Dispensa de Licitação.....	52
2.2.1    Requisitos para as Contratações Diretas em Geral .....	55
2.2.1.1    Termo de Referência ou Projeto Básico homologado pelo Titular do Órgão ou Entidade .....	55
2.2.1.2    Justificativa de Preços .....	56
2.2.1.3    Mapa de Análise de Preços .....	57
2.2.1.4    Pedido de Liberação Aprovado.....	57
2.2.1.5    Minuta do Contrato ou outro Instrumento Hábil.....	57
2.2.1.6    Certidões e Declarações.....	59
2.2.1.7    Consultas de Verificação de Idoneidade.....	59
2.2.2    Requisitos para as Contratações Diretas fundadas em Situação Emergencial ou Calamitosa .....	60
3    Conclusão.....	60

## Titulação de unidade imobiliária em Reurb-S. Legitimação Fundiária. Declarações e documentações necessárias

Aline Cândano Peixoto .....	63
1 Da possibilidade de aplicação de Informação Jurídica Referencial na Fase Titulatória de Regularização Fundiária de Interesse Social .....	63
2 Análise da Legitimação Fundiária da Regularização Fundiária de Interesse Social .....	64
2.1 A Legitimação Fundiária como instrumento de titulação na Reurb-S.....	64
2.2 Da documentação básica para qualificação do Legitimado/Beneficiário .....	65
2.3 Da documentação apta a demonstrar o atendimento dos requisitos legais da Legitimação Fundiária em Reurb-S.....	67
2.4 Outros aspectos a serem observados para a Legitimação Fundiária.....	69
2.4.1 Da preferência de concessão de direitos reais em nome da mulher e sua repercussão .....	69
2.4.2 Do Termo de Anuência do Lote .....	70
3 Considerações finais .....	70
Bibliografia consultada.....	71

## Reajuste. Marcos temporais para cômputo. Índices de preços gerais, setoriais ou específicos que retratem/reflitam a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos. Repactuação

Rodrigo Guimarães Simas .....	73
I Análise jurídica .....	73
I.I Reajuste e marcos temporais para cômputo – Lei 8.666/1993 e Lei 10.192/2001 .	73
I.II Marco para cômputo do reajuste na Lei 14.133/2021 .....	78
I.III Índices aplicáveis ao reajuste .....	80
I.IV Repactuação.....	84
II Conclusão.....	92

## Responsabilidade do fornecedor pela falta de transparência no tratamento de dados pessoais

Cristiane da Costa Nery .....	95
1 Introdução.....	95
2 A transparência como elemento de proteção do consumidor – uso da inteligência artificial e de algoritmos .....	97
3 Avaliação de casos concretos submetidos aos tribunais superiores .....	100
3.1 <i>Credit Scoring</i> .....	101
3.2 Criptografia de ponta a ponta – ausência de responsabilização do agente econômico desenvolvedor da tecnologia .....	102
3.3 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 403 e Ação Direta de Inconstitucionalidade 5527 .....	104
3.4 Dever de informação e responsabilização do gestor de banco de dados .....	106
4 A responsabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados e as relações de consumo – a transparência como elemento essencial para a responsabilização.....	107
5 Conclusão.....	111
Referências .....	114

## A Nova LINDB e seus reflexos no direito público brasileiro

Marcelo Schenk Duque, Rafael Ramos .....	117
--	-----

1	Considerações iniciais .....	117
2	Breve histórico do anteprojeto e do projeto da Nova LINDB (Lei nº 13.655/18) .....	121
3	Reflexos da Lei 13.655/18 no Decreto-lei nº 4.657/1942 (LINDB) .....	124
4	Linhas gerais da alteração legislativa .....	125
5	Cinco anos de Nova LINDB e seus reflexos no direito público .....	131
	Referências bibliográficas .....	135

## Lei de Improbidade Administrativa e divergências de interpretação para fins de responsabilidade de agentes públicos

Márcio Cammarosano .....	139
Introdução .....	139
1    Da Presunção de constitucionalidade e interpretação conforme a Constituição ....	140
2    Do princípio da segurança jurídica e da confiança legítima .....	141
3    Do princípio da vedação do retrocesso .....	143
4    Do suposto esvaziamento da tipicidade em matéria de improbidade administrativa .....	144
5    Conclusão .....	147
Referências .....	148

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

#### Supremo Tribunal Federal

Medida Cautelar em ADPF – Decisão normativa do TCU – Mudança na metodologia para realização do cálculo das quotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM – Utilização do censo demográfico em curso – Ofensa ao princípio da transparência, legítima confiança e da segurança jurídica – Necessidade de conclusão do censo do IBGE para o estabelecimento de novos coeficientes para distribuição da verba – Cautelar deferida. Referendo na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1.043/DF .....

151

#### Supremo Tribunal Federal

ADPF – Constitucional e Administrativo – Lei nº 5.723/2013 do Município de Cuiabá/MT – Autorização para a criação da Empresa Cuiabana de Saúde Pública – Alegação de que a empresa deve ser regida por lei complementar – Improcedência – Exigência que se aplica apenas às “fundações” – Alegação de que a saúde pública somente pode ser prestada por entes de direito público – Improcedência. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 401/MT .....

163

#### Supremo Tribunal Federal

Recurso Extraordinário – Repercussão geral – Taxa municipal – Torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz – Fiscalização do funcionamento das estações – Impossibilidade – Fiscalização do uso e da ocupação do solo por tais torres e antenas – Possibilidade – Necessidade de observância das competências da União, com aquelas para legislar privativamente sobre telecomunicações, fiscalizar os serviços de telecomunicações e editar normas gerais sobre direito urbanístico – Proporcionalidade com o custo da atividade municipal subjacente. Recurso Extraordinário nº 776.594/SP .....

173

#### Superior Tribunal de Justiça

Direito Tributário – ITBI – Aquisição de imóvel – Composição de Fundo de Investimento Imobiliário – Imunidade – Matéria constitucional – Exame – Inadequação – Transferência de propriedade –

Existência – Fato gerador – Configuração. Agravo em Recurso Especial nº 1.492.971/SP (2019/0118121-0) .....	203
Superior Tribunal de Justiça	

Recurso Especial – Administrativo – Desapropriação de imóvel por utilidade pública – Ausência do depósito previsto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941 – Exigência legal para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse que não impede a continuidade da demanda – Artigo 16, <i>caput</i> , incisos I e II, e §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de compatibilidade das despesas às lei orçamentárias – Requisitos específicos das ações expropriatórias de imóveis para o desenvolvimento da política urbana. Recurso Especial nº 1.930.735/TO (2021/0097953-3).....	217
---	-----

## CONSULTA

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Consulta – Prefeitura municipal – Recursos da contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) – Pagamento de despesas de energias dos prédios públicos da Prefeitura – Bem de uso especial – Impossibilidade – Iluminação de quadras poliesportivas e campos de futebol – Bem de uso comum do povo – Possibilidade – Manutenção, expansão e modernização da rede municipal de iluminação em comunidades rurais – Precedente do STF – Possibilidade. Processo nº 1102191 .....	229
--	-----

EMENTÁRIO .....	239
-----------------	-----

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS .....	249
-----------------------------------	-----

INSTRUÇÕES PARA AUTORES.....	253
------------------------------	-----